

## Gosto e salubridade: das estratégias de higiene e moralidade aplicadas aos espaços residenciais e de comensalidade, em Curitiba, na Primeira República\*

Deborah Agulham Carvalho\*\*

**Resumo:** Este artigo se propõe a problematizar o discurso existente no jornal *Diário da Tarde* no tocante aos aspectos da alimentação e da saúde, em Curitiba, no contexto da Primeira República. No intuito de apontar as irregularidades no cenário urbano curitibano, partiu-se dos casos em que elas foram detectadas quando do preparo e venda de gêneros alimentícios e seus respectivos locais de comércio, bem como quando algum tipo de enfermidade – resultante da falta de salubridade – comprometeu a dinâmica do comércio curitibano relativo à comensalidade e à venda de gêneros alimentícios.

**Palavras-chave:** Curitiba-PR; Saúde; Alimentação.

**Abstract:** This article investigates the problematic of the discourse presented by *Diario da Tarde* about the aspects of feeding and health in Curitiba during the First Republic. With the intention of pointing out the irregularities of the Curitiba's urban scene we considered two cases: irregularities that were detected during the preparation or sale of foodstuffs and its respective places of commerce and irregularities detected due to registration of disease cases caused by the lack of salubrity, compromising the dynamic of the foodstuffs and commerce in the Curitiba city.

**Key words:** Curitiba-PR; Health; Foodstuffs.

Num contexto geral, cidades como Londres e Paris tiveram seu cotidiano alterado no século XIX em função da Revolução Industrial. Marcadas pelo “caos urbano” essas capitais passaram a implementar novas noções de planejamento que fossem ao encontro da noção de cidade ideal; nessa perspectiva, seus governantes “tiveram a tarefa de higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana”<sup>1</sup>.

Com o advento da Revolução Científico-Tecnológica, na década de 1870, diversas descobertas integraram o cotidiano de europeus e norte-americanos alterando-o significativamente, num período em que novos rumos foram tomados pela indústria<sup>2</sup>. A exemplo disso estavam a adoção da eletricidade e outras formas de energia, bem como a utilização do alumínio, níquel, cobre e aços especiais. As áreas de microbiologia, bacteriologia e bioquímica também foram afetadas, como a farmacologia, a medicina, a

---

\* Este artigo foi elaborado com base na dissertação de mestrado: CARVALHO, Deborah Agulham. *Das casas de pasto aos restaurantes: os sabores da velha Curitiba (1890-1940)*. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

\*\* Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná.

higiene e a profilaxia culminando, inclusive, nas mudanças na forma de conservação dos alimentos e combate às doenças<sup>3</sup>.

Às novidades de cunho científico-tecnológico não apenas propagaram novas descobertas, mas também trouxeram consigo a necessidade de adoção de uma prática de vida civilizada e que estivesse relacionada à idéia de progresso. Dessa maneira, pensar as questões relacionadas à salubridade das cidades que se encontravam em franca expansão era, sobremaneira, necessário para que suportassem tanto o contingente populacional quanto o incremento do comércio e da indústria advindos desse processo. Diante de tal panorama as práticas de disciplinarização da população com a imposição de normas passaram a ser pensadas como forma de regular de maneira higiênica, hábitos e espaços.

À sua maneira, com a chegada da República, o Brasil procurou estar imerso nesse processo e se enquadrar nesse projeto civilizador no qual a idéia de ordem estava condicionada a ele sufocando toda e qualquer manifestação que remetesse esse país a uma sociedade escravista<sup>4</sup>. Na colocação da historiadora Ângela Marques da Costa,

*...a República preparava-se para redesenhar uma nação. Unindo mudança política ao contexto da virada do século, os brasileiros se mobilizam como nunca para definir sua imagem. Se já durante o Império o esforço de figurar ao lado dos grandes países modernos era evidente, com a proximidade do século XX o desafio parecia ainda maior. Era hora de reformar cidades, planejar novos inventos, adaptar descobertas; enfim vestir as diferentes capitais com a nova roupagem que escondia os trópicos e exaltava a modernidade. Nesse momento, em que o futuro parecia tão próximo, em que era possível se debruçar para olhar o novo século, as imagens e idéias florescem. Dos pequenos instrumentos às grandes invenções, dos sonhos ligeiros às utopias realizadas, eis que era hora de imaginar o novo século. O progresso estava por perto e não havia como escapar.<sup>5</sup>*

Em meio a esse contexto, capitais como Rio de Janeiro e São Paulo estiveram imersas nesse processo de reforma urbana. As mudanças aplicadas em Paris por Haussmann eram vislumbradas pela elite local dessas capitais como um modelo de urbanização necessário a ser seguido para que assim fossem promovidas novas intervenções. Essas cidades procuraram corresponder nesse sentido e, muitas vezes, foram referenciadas no tocante às mudanças que passavam a ser postas em prática, incutindo ideais de higiene, crescimento moral e local em que formas de controle foram estabelecidas<sup>6</sup>. No mais, elas também dialogaram com as mudanças decorrentes do processo de urbanização por meio da inserção de novas práticas cotidianas, percebidas nas formas de vestir, comprar, relacionar-se socialmente

que alteraram o ritmo de vida da população local e que, assim, diferiam das características que, até então, eram próprias do mundo rural.

Ao tentar certa proximidade com esse contexto foi que a Curitiba de 1890 a 1940 também procurou estar envolta pelos ares da modernidade e, para tal, decidida a aplicar mudanças de cunho urbanístico, social, moral e higiênico.

No decorrer deste artigo serão apresentados e discutidos os discursos vigentes na época, presentes na imprensa local, como forma de ilustrar tais mudanças. Ligados à alimentação e aos espaços de comensalidade, higiene, salubridade e moralidade, tidos como alicerce para a construção desse panorama serviram, sobremaneira, para identificar pontos de encontro ou mesmo desencontros quando relacionados à temática da alimentação e da saúde.

### **1. Vida urbana em Curitiba: seus aspectos e transformações locais**

Nas últimas três décadas do século XIX, o Paraná apresentava o seguinte panorama: contava com um contingente de imigrantes que se instalou com maior incidência já no primeiro ano de governo do então Presidente de Província Lamenha Lins (1875-1877) com o intuito de gerar uma agricultura de abastecimento. Essa política imigrantista era parte integrante de um projeto de modernização, que objetivava trazer o progresso para a região. Em Curitiba, alemães, italianos, poloneses e ucranianos, por exemplo, deram não apenas uma nova feição à sociedade local, mas também atuaram nesse espaço, na qualidade de comerciantes e de colonos que vinham do rocío ao quadro urbano da capital paranaense vender seus produtos.

Em meio a esse contexto, Curitiba vivenciava as mudanças na estrutura urbana e no seu cotidiano, decorrentes da produção da erva-mate, que então alcançava os mercados internacionais como o Chile, a Argentina e o Uruguai. Com a economia ervateira “expandiu-se o comércio varejista, dando espaço a muitos outros personagens urbanos, desde os caixeiros (...) aos grandes comerciantes enriquecidos. As aglomerações urbanas criaram ainda um mercado de pequenos serviços urbanos e de criadagem doméstica.”<sup>7</sup>

No tocante à estrutura urbana, ao final do século XIX, já eram notáveis os primeiros sinais de remodelação, perceptíveis no calçamento e nivelamento das ruas, na construção de prédios, nos bondes puxados a burro e na utilização de luz elétrica. Embora algumas ruas e praças apresentassem aspecto vergonhoso, Curitiba achava-se “num período amplo de cidade que, em breves tempos, [foi] adquirindo no país, lugar entre as de primeira classe...”<sup>8</sup> frente

àquelas transformações. E, numa atmosfera de embelezamento da cidade foi que se adentrou o novo século. Nessa época, Curitiba tinha “100 ruas, 11 praças, 3 largos, 243 quadras, 971 esquinas, alcançando as ruas, e fracções nos lados das praças, a extensão de 76.730,000”<sup>9</sup>.

Dois jornais de circulação diária, como o *Diário da Tarde* e *Diário do Commercio*, trataram das questões relativas à cidade e colocaram seus leitores a par dos acontecimentos locais, de outras capitais brasileiras e internacionais.

No tocante às questões relativas às intervenções urbanas na capital paranaense, o *Diário da Tarde* forneceu maiores informações, devido ao grande número de exemplares existentes para consulta. Assim, lançado em 18 de março de 1899, julgava-se popular, independente, bem como defensor das questões referentes à República. Dentre seus diretores, redatores e colaboradores estavam algumas personalidades do cenário local. Fazia oposição ao jornal *A República* (este então pertencente ao Club Republicano e ao Partido Republicano Paranaense) e diversas vezes se posicionava contrário ao governo do Estado. Em meio às várias reclamações que chegavam à redação do jornal, costumava publicar as queixas dos leitores<sup>10</sup>.

Sobre o *Diário do Commercio*, muito pouco se pode abordar sobre sua trajetória devido ao escasso número de exemplares e diversas interrupções dentre os que existem disponíveis para pesquisa. Sabe-se que surgiu em 01 de janeiro de 1891, mas não é possível informar quando circulou sua última edição. Era uma folha diária, cujas notícias perpassavam pelas questões relativas à República, à política, à cidade de Curitiba e ao comércio local, tendo reservado a última página para anúncios diversos<sup>11</sup>.

Ao longo do período pesquisado o *Diário da Tarde* se colocava vigilante frente às situações que estivessem sob a responsabilidade da administração pública: noticiava a respeito das inundações em determinados prolongamentos da cidade quando do período de chuvas, da entrega do Novo Matadouro, da falta de policiamento na capital, da necessidade de calçamento adequado nos passeios da cidade, da falta de retificação da numeração truncada das casas, da carestia de carne verde e da venda desse produto deteriorado, do mau funcionamento dos focos de iluminação pública, dentre outros. Entretanto, é interessante observar que ainda que tais reclames fossem recorrentes e dirigidos à administração pública, não eram assinados pelos queixosos<sup>12</sup>.

As notificações da imprensa local a respeito do estado das ruas e logradouros públicos eram recorrentes e um tanto incisivas, donde era visto o bom ou o mau estado das ruas e sarjetas, bem como o desleixo quando da não-remoção de tijolos, pedras, lixos, animais

mortos, capim e ervas daninhas dos diversos locais da capital. Já os elogios eram despendidos quando trechos eram calçados, árvores plantadas, avenidas projetadas e inauguradas entre outras atividades que denotassem a atenção das autoridades competentes<sup>13</sup>.

Paralelamente, as questões ligadas à idéia de remodelação perpassavam pela necessidade de criação de uma empresa de água e do esgoto<sup>14</sup>, a qual era vista como garantia de salubridade pública. A água era questão recorrente devido à falta (no período de estiagem) ou excedente (em função das chuvas), bem como as inundações decorrentes do transbordamento dos rios. Acredita-se que a empresa atenderia aos anseios da elite curitibana, visto que objetivava os melhoramentos locais. Esse melhoramento, por sua vez, faria de Curitiba uma cidade de pouso para as pessoas vindas de outras localidades<sup>15</sup>.

Os poucos cuidados dados aos chafarizes que eram tidos como fornecedores de água à população e que recorrentemente vazavam como a difícil implantação de um sistema de águas e esgotos na cidade somavam-se a outros problemas existentes na capital, conforme foi apontado anteriormente.

Anos mais tarde o que já havia sido colocado como inibidor do progresso citadino, continuava a ser um dos problemas enfrentados por Curitiba. O *Diário da Tarde* publicou 14 apontamentos que justificavam a capital paranaense ser a primeira do país:

*1) Pela quantidade assombrosa de pó que se aspira nas ruas. 2) Pela enorme quantidade de papel que se encontra nas ruas e praças, enfeitando-a e lhe emprestando aspecto de depositos de lixo. 3) Pela anarchia do transito de vehiculos e pelo desposismo de seus proprietários que decretam leis e estabelecem tabella de preço ao seu talante, abusando da paciência do povo. 4) Pelo mau cheiro insuportável que se desprende das bocas dos boeiros e do interior dos açougues. 5) Pelo desagradável aspecto das latas de lixo fedendo expostas ao sol até ao meio dia a espera do mastodonte prehistorico conhecido pela alcunha de carro da limpeza publica. 6) Pelo varrimento das ruas em horas impróprias e por meio dum systema coetaneo do venerável Pae Adão. 7) Pela existência de clubs de jogo, fingindo de sociedades serias e que constituem verdadeiras arapucas contra a ingenuidade e inexperiência de tolos e jovens herdeiros. 8) Pelo péssimo systema de cuspir-se por toda a parte. 9) Pela abusiva manutenção de "ordures" onde se desenvolve a mosca o maior flagello da humanidade e a filha genuína da immundicie. 10) Pela floresta de postes telephonicos, telegraphicos, electricos, etc., que vae dominando a cidade, completamente. 11) Pelos eclypses contínuos da nossa iluminação de lamparinas electricas. 12) Pelas aguas estagnadas em quanto buraco há. 13) Pelas cascas de fructas jogadas nos passeios, pelas sujeiras das sargetas, pelo uso de, dos lares jogarem o cisco na rua, pelos mendigos que invadem a cidade. 14) Pelo calçamento extraordinario, enfim, que a torna intransitável nos dias de chuva...*<sup>16</sup>

Esse panorama se manteve por anos, ainda que diversas intervenções tivessem sido feitas por parte da administração local, no sentido de calçar e macadamizar ruas e trechos, canalizar rios, construir galerias pluviais, ajardinar praças, entre outros melhoramentos de cunho urbanístico<sup>17</sup>. De maneira mais contundente, a primeira grande reforma na cidade de Curitiba se deu quando o prefeito Candido Ferreira de Abreu (1913-1916) propôs no decorrer de sua gestão implementar mudanças na estrutura urbana.

Em meio à publicação dos feitos realizados na cidade de Curitiba, não deixava de ser noticiada pelo *Diário da Tarde* a atuação de outras municipalidades quando suas intervenções eram reconhecidamente importantes para a localidade que as recebeu. A exemplo disso está a atuação de Francisco Pereira Passos (1902-1906) cujas obras de saneamento na capital federal foram noticiadas pela imprensa paranaense. Os leitores do *Diário da Tarde* não deixavam de acompanhar as mudanças e dessa maneira estar em constante diálogo com as intervenções em outras cidades<sup>18</sup>.

A preocupação com a revitalização dos espaços acabou por transformá-los em locais de “recreio” e de reunião às quintas-feiras e domingos, pelos *flâneurs*. Flanar<sup>19</sup> na primeira década do século XX era, “passar ociosamente, sem rumo certo”<sup>20</sup> e estar em contato direto com a cidade; a constante movimentação de pessoas nos logradouros públicos nos finais de semana era uma das raras alternativas de lazer na capital paranaense, vista como um divertimento contínuo num período em que eram escassos os ambientes públicos destinados à sociabilidade, já que na parte da noite eram quase nulas as opções de diversão nos clubes e praças da cidade<sup>21</sup>.

Sobre o comércio reservado à sociabilidade, aos poucos foram sendo abertos cassinos, teatros, restaurantes, cafés e confeitarias os quais acabaram alterando as práticas cotidianas do relacionar-se e do comer<sup>22</sup>. Em meio a esse panorama, casas de pasto<sup>23</sup> e restaurantes foram constituintes de uma nova configuração da cidade e os discursos do urbanista e do governante dialogaram com ela através dos espaços como um todo, a fim de pôr em prática a idéia de saneamento. Nesse sentido, modernização e civilidade também estavam relacionados às práticas alimentares e em consonância às noções de saúde, higiene e moralidade, conforme os pontos destacados a seguir.

## 2. Saúde *versus* alimentação na capital

Ao longo do século XIX, na Europa, saúde e doença passaram a ser pensados enquanto questão de responsabilidade social, cuja atenção era um dos focos do governo. Assim, dentro da ampla noção de saúde pública a higiene deveria ser vista através da figura do homem que, como um agente no meio, “abrange a totalidade do mundo físico e moral”. No Brasil, ela passou a ser tratada como uma “ciência normativa, propondo-se a gerar bem-estar ao maior número de pessoas em sociedade”; o meio a ser saneado correspondia à cidade e era validado pelos conhecimentos científicos aliados aos interesses médicos e da elite urbana.

Essa atenção aos preceitos de higiene se deu quando da instalação da Corte Portuguesa no Brasil como forma de executar os interesses vindos com esse novo grupo. Os higienistas integrantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pensando em acordar aos interesses do Estado, instauraram a idéia de prevenção através do saneamento dos espaços, a exemplo dos “rios, pântanos, matas, esgotos, ar, água, mercados, cemitérios, matadouros, escolas” que passaram a sofrer intervenção. O Paraná também integrou essa temática à luz das medidas tomadas pela então capital do país, não apenas preocupado com a saúde da coletividade, mas também com a manutenção da ordem local<sup>24</sup>.

No decorrer da Primeira República, a propagação de enfermidades era um dos fatores de preocupação. E quando da constatação da existência de algum tipo de mal, procurava-se implementar certas medidas de segurança junto à população para que ele fosse combatido. Na seqüência foram identificados alguns casos nos quais se detectaram irregularidades nos gêneros alimentícios e seus respectivos locais de venda ou quando algum tipo de enfermidade comprometeu a dinâmica do comércio curitibano.

Em se tratando de alguns dos problemas vistos nos gêneros disponíveis ao consumo da população de Curitiba, várias ocorrências foram focos de alerta aos consumidores locais como meio de evitar a disseminação de tal prática. Nessa perspectiva, foram alvo de reclamação a comercialização de produtos falsificados, como carnes ou de qualidade duvidosa ou deterioradas; a venda do peixe, cuja desinfecção com ácido fênico dava a esse gênero - quando pronto para degustação - um cheiro insuportável; a disponibilização do açúcar refinado em função do odor desagradável que recendia; o comércio de leite suspeito e das laranjas verdes nos “kiosques” e “casas de fructas”; a oferta de peixes e camarões deteriorados no mercado municipal; a péssima qualidade dos pães em função da mistura de cinco tipos de farinha diferentes, o que comprometia o paladar desse produto; a possível

falsificação do café, devido ao baixo preço que estava sendo comercializado no mercado, despertando desconfiança na população; a não comercialização dos vinhos que não fossem produzidos pela fermentação da uva; a suspeita quanto à adição de milho e outros cereais pelas fábricas de café a este gênero; o acréscimo de água ao leite entregue aos fregueses, entre outros vários problemas<sup>25</sup>.

Na Província do Paraná, em meados do século XIX, a falta de médicos em condições legais para o exercício da Medicina era um fato, cujos profissionais dessa área eram ocupantes de cargos públicos como “médico da cadeia, do município, do corpo fixo da guarnição do exército, inspetor de higiene pública, inspetor de saúde do Porto de Paranaguá”. Em 1886, criou-se a função de delegado de higiene que tinha por objetivo responder pela vacinação e por “todas as condições de saúde e bem-estar da população”. Próximo à Proclamação da República, o número desses profissionais ainda era escasso e não passava de 19 sendo 18 o de farmacêuticos para atender uma população em torno de 249.491 habitantes<sup>26</sup>.

Em Curitiba, num período tido como crítico, devido às mudanças que estavam sendo vivenciadas quando do processo de “redefinição da ordem urbana, a presença de imigrantes [e] a estratégia médico-sanitária”<sup>27</sup> foi que a higiene nos espaços comerciais passou a suscitar maiores questionamentos por parte dos habitantes locais, certamente de uma parcela da população que era leitora dos periódicos da época e que procurava validar os discursos pró-salubridade.

Sobre as queixas e respectivos queixosos, é interessante destacar os apontamentos realizados por Alexandre Fabiano Benvenuti frente às colunas existentes intituladas *Reclamações do Povo*, *Queixas do Povo*, *Queixas e Reclamações do Povo* ou *Desabaços do Povo*, no *Diário da Tarde* entre 1909-1916:

*Mais que divulgar esse novo espaço jornalístico era preciso estimular a participação dos leitores; portanto era necessário, primeiramente, convencê-los da eficiência e da segurança desse novo serviço prestado pela imprensa. Se a queixa ou reivindicação fosse justa e nela constasse a devida autoria, o cidadão poderia tranqüilamente usar a coluna, que o jornal garantiria a integridade da denúncia. Porém, se o jornal enfatizava o ardor e a veemência com que seriam defendidos os reclames não havia um maior esclarecimento a respeito de como seriam feitas essas defesas. Ao que parece, tal defesa limitava-se a publicar as queixas na referida coluna e às vezes comentá-las no editorial.*

*Por mais que o Diário da Tarde lançasse críticas à administração municipal em suas páginas, havia uma certa preocupação em enfatizar que essas críticas vinham da população e não diretamente da redação. Assim, além de garantir a veracidade da informação, a exigência da identificação era uma estratégia de resguardar a própria imagem e o trabalho do jornal, que não desejava posicionar-se contra a administração pública, mas sim*



*como um mediador entre ela e o cidadão. Dessa forma, ao publicar uma queixa, em geral havia a preocupação de apontar que a denúncia partia do outro, cuja identidade era mantida em sigilo ou era anônima e não do jornal.*<sup>28</sup>

Diante do contexto de irregularidades alimentares, as denúncias na imprensa feita pelos queixosos – tendo sido assinadas ou não - enfatizavam a questão da recorrência dessas práticas e da falta de uma fiscalização contundente para o combate das irregularidades no mercado, comércio e nas vendas da cidade. A manutenção dos preceitos da boa higiene era o que dava o tom do discurso presente nos reclames e para que isso fosse alcançado, esperava-se por providências das autoridades competentes.

Dentre os órgãos designados a olhar pela alimentação e que foram identificados no *Diário da Tarde* ao longo dos 50 anos pesquisados estão: a Inspetoria de Alimentação Pública da Diretoria de Higiene de Curitiba, a Directoria Geral de Saúde Pública, a Junta da Alimentação, a Delegacia de Alimentação e o Comissariado de Alimentação Pública. A amostragem a seguir aponta em que situações alguns deles atuaram e como se posicionaram frente às questões de irregularidades alimentares.

Em junho de 1899, o tenente Henrique Torres, na qualidade de fiscal geral do 2º Distrito de Curitiba - em visita a casas de particulares e açougues - procurou orientar os proprietários no sentido de manter esses locais de acordo com os preceitos de higiene<sup>29</sup>. No mês de dezembro desse ano a Câmara Municipal de Curitiba nomeou uma comissão especial, designada a inspecionar os recipientes nos quais eram servidos chops e demais bebidas<sup>30</sup>.

Com a Lei nº. 17, de 20 de outubro de 1899, coube ao Serviço Sanitário da capital paranaense ser dirigido e suas atividades executadas por dois médicos, cujas averiguações deveriam ser feitas tanto em casas comerciais e de particulares, como também com relação à “fiscalização da alimentação pública, do fabrico e consumo de bebidas nacionaes e estrangeiras, naturaes ou artificiaes”<sup>31</sup>. Mesmo com tais intervenções, os problemas relativos à higiene e à salubridade em Curitiba eram recorrentes, de modo que pouco se alterou ao longo dos anos. As irregularidades eram uma constante e não deixavam de ser pontuadas nos jornais. Assim, fazia-se necessário que medidas mais eficazes fossem tomadas para tratar dos espaços enfermos.

Apenas no ano de 1911 foi chamada a atenção a respeito da higiene nos ambientes destinados à comensalidade: em manchete do dia 20 de outubro daquele ano, o *Diário da Tarde* noticiou que a disseminação de doenças contagiosas – dentre elas a tuberculose - muito

se dava, não só em função da reunião de pessoas nos cafés, confeitarias e music-halls, mas da falta de cuidados quanto à limpeza dos estabelecimentos e de seus respectivos utensílios que eram manipulados pelo público. Para isso, as xícaras deveriam ser bem lavadas, bem como a colherzinha do açúcar, após levada à boca, não deveria ser inserida no açucareiro de uso comum – hábito este que dois anos mais tarde voltava a ser criticado no mesmo jornal, em 28 de maio de 1913.

Tanto os proprietários quanto os fregueses seriam alvo das determinações dos encarregados para este fim, cujo olhar vigilante somado às medidas preventivas resguardariam a saúde da coletividade. Nesse mesmo mês e ano, a obrigatoriedade quanto à fiscalização não só do pão e da carne, mas também dos demais gêneros alimentícios era uma das exigências cobradas da municipalidade, a qual deveria tomar conhecimento da boa ou má qualidade dos alimentos antes deles serem disponibilizados ao consumo<sup>32</sup>.

Nas situações tratadas acima, verifica-se a permanência das queixas no tocante à higiene das pessoas, dos espaços e alimentos cujas intervenções eram cobradas das autoridades competentes. Embora orientações fossem dadas, bem como esperadas fossem as mudanças nos hábitos diários, muito pouco se fazia nessa direção, já que os papéis delegados eram vistos de forma segmentada, cabendo a cada um dos grupos agir de acordo com a sua função. Assim, a idéia de incursão do papel do agente da saúde pelo comerciante - no sentido de vigiar o comensal e vice-versa - era um ato completamente alheio e que somente foi questionada anos mais tarde<sup>33</sup>.

### **3. Das estratégias para a manutenção da salubridade nos espaços do comer**

Em 1919, a Lei nº. 527, de 27 de janeiro desse mesmo ano, determinava que quaisquer estabelecimentos que denotassem permanência ou mesmo circulação de pessoas, bem como os locais de habitação seriam mensalmente fiscalizados pela Diretoria de Higiene, como medida favorável à manutenção da saúde pública<sup>34</sup>; mesmo após essa determinação, os problemas ainda eram recorrentes e medidas eficazes para combater tais impasses ainda estavam longe de ser adotadas em termos práticos.

Apenas em 1927, críticas foram finalmente feitas quanto aos problemas apontados pela falta de higiene nos cafés e de preparo de pessoal qualificado para exercer as funções. Como agravante dessa situação, a ausência de membros da Saúde nesses espaços para vistoriá-los e eliminar os utensílios quebrados e lascados - considerados veículos

transmissores de doenças - eram vistos como um ato de conivência às irregularidades que se apresentavam<sup>35</sup>.

Em 1928, a Diretoria de Higiene Municipal se desdobrou em mais três inspetorias sanitárias com o intuito de validar as suas atividades na implantação dos preceitos de modernidade - cuja ordem e limpeza dos espaços eram dados pela higiene -, mas são desconhecidas as intervenções nas casas de pasto, restaurantes, cafés e confeitarias<sup>36</sup>. Nessa perspectiva, muito pouco avanço foi feito no combate à falta de salubridade naqueles ambientes, o que favoreceu o agravamento da situação.

Foi pelas escassas vistorias a essas casas de comércio que o Diário da Tarde publicou uma queixa quanto à venda de alimentos impróprios ao consumo nos restaurantes baratos. Nesses ambientes abertos dia e noite, onde “os maiores atentados á saude publica e aos preceitos de hygiene” eram cometidos, comidas ditas “nojentas” e “generos (...) sempre deteriorados ou mofados” eram comercializados sem qualquer restrição. De posse de um pacote contendo peixe (podre) frito, um senhor foi àquele jornal registrar queixa do restaurante onde adquiriu o alimento que, mesmo em situação irregular, continuava em plena atividade<sup>37</sup>.

Acredita-se que a comercialização de alimentos em fase de decomposição era freqüente em alguns estabelecimentos do gênero, já que a aquisição de produtos deteriorados não era surpresa para o freguês que os levava para consumo doméstico. É provável que o senhor queixoso ao Diário da Tarde por ter aceitado o peixe em estado calamitoso não tenha se sentido à vontade para reclamar ao comerciante desonesto, pois talvez ele soubesse que a Higiene Municipal não era um órgão em plena atividade no combate às irregularidades dessa natureza; mas caso levasse o embrulho àquele jornal seu problema teria maior repercussão, resultando na punição daquele e dos demais estabelecimentos irregulares.

Em 1930, esse assunto voltou à tona em diversos momentos, donde se chamou a atenção para a higiene ou mesmo para a falta dela nos estabelecimentos comerciais. Na matéria intitulada “O estomago do curitybano” foi dado o resultado da visita feita por membros do Diário da Tarde aos cafés, restaurantes, casas de pasto e hotéis. Nesses espaços foram constatados diversos tipos de problema como instalações sanitárias inadequadas, louças sujas e mal conservadas, fios de cabelo nas xícaras e descaso por parte do corpo de funcionários perante essas ocorrências nos cafés; falta de higiene e atenção no preparo de refeições nos restaurantes onde era de costume se deparar com insetos nas sopas; falta de limpeza das mesas cujas toalhas se encontravam sujas e manchadas de vinho e gordura, bem

como no salão de refeições das casas de pasto e seu respectivo assoalho, onde os fregueses costumavam jogar as cinzas dos cigarros e escarrar no chão; quanto aos hotéis, tinham péssimo aspecto.

A respeito da situação descrita acima, o Diário da Tarde acreditava que visitas constantes por parte do Departamento de Higiene a esses locais públicos e o fechamento daqueles que não tivessem condições de permanecer abertos eram medidas eficientes, ao contrário do emprego de multas que não resultavam em qualquer caráter educativo. Tais atitudes talvez surtiram efeito positivo em tempo hábil, já que a “progressista” capital paranaense – em setembro próximo – sediaria o Congresso de Higiene no qual estariam presentes diversas autoridades médicas do país e de outras localidades do mundo<sup>38</sup>.

No dia seguinte essa reportagem teve continuidade e os botequins, as casas de pasto e leiterias foram alvo de observações. Nesses estabelecimentos era possível visualizar frutas verdes e entre elas bitucas de cigarro e escarros no chão, costumeiramente lançados pelos fregueses, além das sujidades de insetos e palitos de fósforo no saco de polvilho. Quanto às leiterias, críticas foram feitas não a respeito da qualidade do leite, mas, sim, da venda desse produto em garrafas sujas e fechadas com rolha de palha<sup>39</sup>.

Em setembro desse mesmo ano foi noticiada a atuação da Saúde Pública, com relação à execução de medidas rigorosas para o funcionamento de restaurantes, cafés, hotéis, fábricas e demais estabelecimentos que se encontrassem em condição irregular. Nesse sentido foi que o diretor desse órgão estabeleceu um acordo com a Prefeitura Municipal de Curitiba – dividindo a cidade em quatro distritos, sendo cada um deles permanentemente fiscalizado por “um médico, um auxiliar acadêmico e dois guardas sanitários”, no tocante aos gêneros e ao ambiente (inclusive as habitações coletivas e particulares, bem como os terrenos baldios) – para que juntos atingissem o maior número de regiões da capital paranaense. As medidas foram impressas na forma de boletins para que grande parte das pessoas tivesse acesso à informação e lançasse mão dos preceitos de higiene nas casas comerciais supracitadas como, por exemplo, pintar as paredes com tinta impermeável; restaurantes, cafés e barbearias, adquirirem esterilizadores e armazéns e confeitarias, colocar vitrines<sup>40</sup>.

Mesmo os produtos vendidos nas ruas estavam sujeitos a irregularidades graves. Ao morder uma cheirosa empada que foi adquirida próximo ao ponto de bonde na Praça Tiradentes, uma menor se deparou com um pedaço de ferro. Tendo se dado conta do objeto estranho na boca e dele se livrado a tempo ela nada sofreu, mas o caso logo foi comunicado ao Diário da Tarde com o intuito de alertar aos vários transeuntes e apreciadores de tal petisco

sobre os cuidados redobrados que deveriam estar a postos quando da compra de qualquer alimento vendido nas ruas da cidade<sup>41</sup>.

Do exposto, observa-se que, num primeiro momento, ocorreu a denúncia dos problemas recorrentes nos estabelecimentos responsáveis pelo preparo e venda de refeições e demais gêneros, devido à falta de higiene em alguns deles e a não-interrupção de suas atividades quando tal medida se fazia necessária; na seqüência, a escolha de Curitiba como a cidade para discussão dos preceitos ligados à limpeza e à salubridade. Diante do confronto de situações distintas, acredita-se que a constante denúncia das irregularidades alimentares que se repetiram ao longo do recorte pesquisado eram uma tentativa emergencial de pôr em prática o discurso de disciplinarização, ordem e higienização dos espaços advindos com a chegada da República.

Em setembro de 1930, o Departamento de Saúde Pública determinava algumas medidas higiênicas que deveriam ser adotadas por esses estabelecimentos, a exemplo de pequenas reformas que assegurariam a salubridade do ambiente; dentre às medidas estavam o cuidado do assoalho e o fechamento de frestas nas paredes, já que a preocupação quanto à conservação desses espaços físicos era rara, tanto nas salas de refeição quanto nas cozinhas. Um alerta quanto ao bom estado dos gêneros também era feito, pois a exposição de certos produtos em vitrines contribuía para o fácil processo de decomposição dos mesmos<sup>42</sup>.

Numa medida nada coerente, em julho de 1933, a Diretoria de Higiene e Saúde Pública determinou que os proprietários de confeitarias, casas de pasto e restaurantes da capital colocassem escarradeiras nas salas de refeições. Não sendo acatada por um proprietário de restaurante na cidade e que, por isso, foi multado, fez com que ele se posicionasse desfavoravelmente a essa determinação que, na realidade, afastava a clientela do seu estabelecimento. Como solução para tal impasse, a adoção de vasos com tampa automática e água corrente<sup>43</sup>, semelhantes aos existentes nos estabelecimentos fluminenses, seria uma medida adequada dentro das solicitações da Diretoria<sup>44</sup>. No entanto, conscientização, reconhecimento e posterior eliminação de práticas inadequadas ainda estavam longe de serem modificados e, conseqüentemente, consolidadas as reformas de cunho moral e higiênico, aspectos estes almejados pelas autoridades locais.

Em 1933, a Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Paraná lançou o slogan “limpar o seu quintal e fiscalizar o do vizinho, é concorrer para a garantia da saúde da população”<sup>45</sup>. Na realidade, “o quintal do vizinho” não apenas estava circunscrito pelos limites domésticos como ia além dele: nessa perspectiva, a denúncia das práticas não-

condizentes com as noções de limpeza certamente se estendia aos espaços públicos, cuja observância e queixa àquele órgão, acreditava-se, resultariam em melhoramentos efetivos. Pela lógica, o correto seria se as tais escarradeiras fossem substituídas pela incisiva repreensão ao hábito de cuspir no chão.

Ao final da década de 1930, um novo fator surgiu ao relacionar a ingestão de determinados alimentos à manutenção da saúde. No entanto, esse tipo de discussão não se deu de maneira progressiva, através da inserção de informações que passassem a incutir a idéia de que os alimentos poderiam ser veículos mantenedores da saúde.

Dentro desse contexto foi que, em 1938, a Delegacia Federal da Saúde da 7ª Região alertava que a busca por uma alimentação correta, juntamente com práticas ao ar livre e o hábito de tomar banhos frios e de sol eram formas de levar uma “vida higiênica”. Assim, tendo sempre à mesa gêneros como leite, ovos, legumes, verduras e frutas era, também, fazer do ato de comer bem e de maneira policiada uma forma de economizar em medicamentos, já que de acordo com esse órgão a saúde estava delegada à mesa e esta, por sua vez, fazia o papel de farmácia doméstica<sup>46</sup>.

A despeito do parágrafo anterior, é interessante observar que a visão quanto aos alimentos preparados e consumidos em casa e nos estabelecimentos comerciais era diferenciada: a noção de alimento enquanto “farmácia” se restringe ao espaço doméstico, cuja qual, por razões desconhecidas, não se estende aos estabelecimentos comerciais. Ademais, é pouco provável que em tão curto espaço de tempo a noção de alimento relacionada à idéia de “farmácia” tenha vingado e que, os maus hábitos identificados até então, tenham sido efetivamente erradicados.

Dessa maneira, é provável que o descuido quanto à manipulação e armazenamento dos gêneros impedisse se pensar a alimentação enquanto “farmácia”: como veículo de propagação de enfermidades frente à falta de higiene por parte de certos comensais e comerciantes - aliados à ausência de medidas eficazes no combate às irregularidades - alimentos comprometidos favoreciam o padecimento de organismos sãos ao invés de alimentá-los, contribuindo para o seu bom funcionamento.

No quesito *saúde* verificou-se que os espaços de comensalidade não eram *in totum* o retrato da Curitiba dita moderna. As irregularidades presentes nos estabelecimentos, quando postas em domínio público pelo *Diario da Tarde*, demonstravam que poucas eram a absorção e prática do discurso moralizante, como também a fiscalização era menos expressiva no

combate aos vários problemas. Mesmo assim, as deficiências nelas observadas não deixavam de ser conhecidas.

Viu-se que diversos estabelecimentos apresentavam irregularidades no tocante à salubridade: a cidade dita “moderna” condizia, em partes, a essa caracterização. Nesse sentido, os desencontros entre cidade, alimentação e seus estabelecimentos foram travados no momento em que proprietários e consumidores acreditaram que a nova configuração de Curitiba e do comércio local deu-se pela implantação de ícones representativos da mudança como parte de um discurso pró-modernidade, coadunada principalmente pelas idéias da administração local e repassadas aos estabelecimentos comerciais.

Quando os problemas foram percebidos e notificações solicitadas com o intuito de solucioná-los, em tese, era motivo para comemoração já que metas foram alcançadas; na prática, acabavam sendo denunciadas as fragilidades de um sistema que ainda estava se adaptando aos modelos europeizantes e os adequando à realidade republicana brasileira e, numa abordagem local, curitibana.

Em se tratando dos espaços de comensalidade, nota-se que esses modelos caminhavam juntos *tão-somente* enquanto ícones da cidade moderna, na qualidade de elementos pontuais quando vistos pela *porta da frente*, mas traçavam rumos contrários quando a modernidade tentava adentrar pela *porta dos fundos*, com preceitos de higiene, cuja falta desse último item punha essas casas de comércio em recorrente estado de enfermidade.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 508 p.; p. 185-202; p. 185.

<sup>2</sup> Algumas invenções e descobertas como o fogão a gás (1837), refrigeração para produção industrial do gelo (1860), pasteurização de alimentos (1865), margarina (1869), chiclete (1872), Coca-Cola (1886), *corn-flakes* (1898), geladeira doméstica (1913) são exemplos de novidades que surgiram com o advento da Revolução Científico-Tecnológica. COSTA, Angela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 176 p.; p. 159-160. (Virando séculos).

<sup>3</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da vida privada no Brasil: República (da belle époque à era do rádio)*. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 724 p.; p. 8-10. (História da vida privada no Brasil, 3).

<sup>4</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 43.

<sup>5</sup> *Ibid*, p. 127-128.

- <sup>6</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, *op. cit.*, 726 p.; p. 49-130; p. 107.
- <sup>7</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1996. p. 111.
- <sup>8</sup> BUENO, Wilma de Lara. *Uma cidade bem-amanhecida: vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, 168 p.; p. 26.
- <sup>9</sup> FACTOS diversos. *Diario da Tarde*, Curityba, 16 dez. 1903, p. 2.
- <sup>10</sup> PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Edição do IHGEP. Curitiba, 1976, p. 16-17. BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- <sup>11</sup> MARTINS, Romário. *Catalogo dos jornaes publicados no Paraná de 1854-1907*. Curityba: Typ. da Impressora Paranaense, 1908.
- <sup>12</sup> BENVENUTTI, *op. cit.*
- <sup>13</sup> *Diario do Paraná*, Curityba, 28 fev. 1903, p. 1; *Diario do Paraná*, Curityba, 18 fev. 1903, p. 2; *Diario da Tarde*, Curityba, 07 abr. 1903, p. 2; *Diario da Tarde*, Curityba, 18 jan. 1904, não paginado; *Diario da Tarde*, Curityba, 27 jan. 1904, não paginado; *Diario da Tarde*, Curityba, 11 mar. 1904, p. 2; *Diario da Tarde*, Curityba, 18 maio 1904, p. 2; *Diario da Tarde*, Curityba, 22 dez. 1904, p. 2.
- <sup>14</sup> A despeito dessa empresa, nada se sabe sobre sua criação, visto que essa lacuna ocorre devido à ausência de exemplares do Diário do Commercio, o que impossibilita a realização de uma leitura seqüencial do mesmo. Sobre a criação da empresa de água e esgoto, inexistem informações anteriores que complementem a notícia do exemplar datado de 25 fev. 1891 e o Diário da Tarde, surgido apenas em 1899, não pode complementar essa informação.
- <sup>15</sup> *Diario do Commercio*, Curityba, 25 fev. 1891, p. 1.
- <sup>16</sup> FLAVIO. 2X7 maravilhas coritibanas. *Diario da Tarde*, Curityba, 28 abr. 1913, p. 1.
- <sup>17</sup> *Diario da Tarde*, Curityba, 01 fev. 1916, p. 5-6; Mensagem dirigida á Câmara Municipal de Curityba pelo Eng. Civil João Moreira Garcez prefeito municipal, ao ser installada a 2ª. Sessão ordinária da 8ª. Legislatura, em 01 abr. 1921. Curityba: Typ. d'A Republica, 1921. p. 35; O ASPHALTO em Curityba: uma empreza que se impõe. *Ilustração Paranaense*, ano 2, não-paginada, abr. 1928; A URBANISAÇÃO de Curityba: o que disse e o que pensa o engenheiro David A. da Silva Carneiro. *Ilustração Paranaense*, ano 2, nº. 10-11, não-paginada, out.-nov. 1928.
- <sup>18</sup> O QUE o Dr. Pereira Passos fez no Rio de Janeiro. *Diario da Tarde*, Curityba, 10 mar. 1913, p. 1.
- <sup>19</sup> Embora a idéia do *flâneur* esteja ligada à obra poética de Charles Baudelaire – na figura do indivíduo que contempla a cidade – e, mais tarde, a Walter Benjamin em *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* – cujo interesse por este poeta se deu em função da vivência de Baudelaire na modernidade – ela nada tem a ver com esta última obra, que foi produzida *a posteriori*; aqui, o termo *flâneur* nada mais é que um dentre os vários estrangeirismos adotados pela língua portuguesa que por razões estéticas, culturais, comerciais, pragmáticas, identitárias, estilísticas, como qualquer neologismo – quando adotado pela língua materna –, submete-se a ela. FARACO, C. A. *O maiúsculo e o minúsculo*. Disponível em: <<http://www.artesaos.hpg.ig.com.br/mais2.htm>> Acesso em: 09 out. 2003.
- <sup>20</sup> FLANAR. SÉGUIER, Jaime de. *Diccionario práctico ilustrado: novo diccionario encyclopédico luso-brasileiro*. 2ª ed. Revista, Porto: Lello & Irmão, L. da, Editores, 1928, 1780 p.; p. 492.
- <sup>21</sup> *Diario da Tarde*, Curityba, 25 ago. 1905, p. 1.
- <sup>22</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 42-43, 78-79.
- <sup>23</sup> “Estabelecimento onde se serve de comer”. CASA DE PASTO. In: SÉGUIER, *op.cit.*, 1780 p.; p. 844.
- <sup>24</sup> SIQUEIRA, Márcia Teresinha A. Dalledone. *Saúde e doença na Província do Paraná (1853-1889)*. Curitiba, 1989. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 396 f.; f. 315-319.
- <sup>25</sup> Salubridade publica. *Diario do Commercio*, Curityba, 30 abr. 1891, p. 1; *Diario da Tarde*, Curityba, 26 set. 1899, p. 2; *Diario da Tarde*, Curityba, 10 dez. 1903, p. 2; *Diario da Tarde*, Curityba, 13 mar. 1907, p. 1; *Diario da Tarde*, Curityba, 06 abr. 1910, p. 1; *Diario da Tarde*, Curityba, 31 ago. 1911, p. 2; A CONFERENCIA assucareira. *Diario da Tarde*, Curityba, 03 out. 1911, p. 1; *Diario da Tarde*, Curityba, 10 nov. 1911, p. 1; LEITEIROS criminosos. *Diario da Tarde*, Curityba, 22 ago. 1927, p. 4; *Diario da Tarde*, Curityba, 03 jan. 1940, p. 1; *Diario da Tarde*, Curityba, 22 jan. 1940, p. 2.
- <sup>26</sup> SIQUEIRA, *op. cit.*, f. 48; 64.
- <sup>27</sup> DE BONI, Maria Inês Mancini. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 281 f.; f. 175.



- 
- <sup>28</sup> BENVENUTTI, *op. cit.*, p. 30.
- <sup>29</sup> *Diario da Tarde*, Curitiba, 25 ago. 1899, p. 1.
- <sup>30</sup> *Diario da Tarde*, Curitiba, 05 jul. 1899, p. 2.
- <sup>31</sup> *Diario da Tarde*, Curitiba, 25 out. 1899, p. 2.
- <sup>32</sup> *Diario da Tarde*, Curitiba, 12 maio 1913, p. 1.
- <sup>33</sup> Mais precisamente em 1933 com a divulgação de um *slogan* que procurava fazer com que a população passasse a observar o comportamento do seu próximo.
- <sup>34</sup> CURITYBA. Capítulo XX, Higiene, Lei nº. 527, 27 jan. 1919. *Código de Posturas do Município de Curitiba*, p. 56, 1919.
- <sup>35</sup> CAFÉS anti-higienicos. *Diario da Tarde*, Curitiba, 29 jul. 1927, p. 2.
- <sup>36</sup> A exemplo disso, esse órgão promoveu um concurso para eleger os hotéis mais higiênicos da capital, o que deu certo, tendo sido considerado um chamariz para a vinda de pessoas de outras cidades. A REMODELAÇÃO da cidade. *Diario da Tarde*, Curitiba, 25 fev. 1928, p. 4.
- <sup>37</sup> O ABUSO dos restaurantes. *Diario da Tarde*, Curitiba, 19 mar. 1929, p. 3.
- <sup>38</sup> O ESTOMAGO do curitybano. *Diario da Tarde*, Curitiba, 05 maio 1930, p. 1; p. 8.
- <sup>39</sup> O ESTOMAGO do curitybano. *Diario da Tarde*, Curitiba, 06 maio 1930, p. 6.
- <sup>40</sup> NA SAÚDE Publica. *Diario da Tarde*, Curitiba, 30 set. 1930, p. 3.
- <sup>41</sup> Cuidado com as empadas. *Diario da Tarde*, Curitiba, 17 fev. 1938, não paginado.
- <sup>42</sup> ALÉM dos cafés, bares e confeitarias. *Diario da Tarde*, Curitiba, 24 set. 1930, p. 8.
- <sup>43</sup> “Para evitar escarros em lugares inadequados, vários projetos foram criados: o Sanitas, elaborado por José Martins da Silva em 1910, e a ‘cuspideira de lavagem contínua’, de 1902”. COSTA, *op. cit.*, p. 143-144.
- <sup>44</sup> Higiene anti-higienica. *Diario da Tarde*, Curitiba, 13 jul. 1933, p. 8.
- <sup>45</sup> *Diario da Tarde*, Curitiba, 03 out. 1933, p. 4.
- <sup>46</sup> *Diario da Tarde*, Curitiba, 26 jan. 1938, p. 3; *Diario da Tarde*, Curitiba, 17 jan. 1938, p. 6.